

O vaqueiro escravizado na fazenda pastoril piauiense¹

Solimar Oliveira Lima

Resumo

O presente texto trata da fazenda pastoril escravista no Piauí. Neste contexto, destaca o trabalho escravizado dos vaqueiros considerando as divisões etárias do trabalho e as tarefas desenvolvidas no cotidiano.

Palavras-chave: Fazenda. Escravo. Vaqueiro.

Quando o sertão nordestino ainda era mata virgem, viu chegar a suas terras muito gado e poucos homens. Os animais, levados e vigiados pelos homens, buscavam maiores espaços para reprodução. Os criadores seguiam atrás, tomando posse de vastos territórios. Dos latifúndios extraíram riqueza e poder, instalaram fazendas, povoaram as novas terras. O Piauí surgiu, assim, dos caminhos trilhados pelo gado. Dentre os poucos sertanistas encontrava-se Domingos Afonso Mafren-

* Doutor em História, professor do Departamento de Ciências Econômicas e Mestrado em História da Universidade Federal do Piauí. Pesquisador do Ifaradá - Núcleo de Pesquisa sobre Africanidades e Afrodescendência/UFPI. Agradecimentos a Francisca Raquel da Costa, mestranda do Programa de Pós-Graduação em História/UFPI. Débora Laianny Cardoso Soares, Ivana Campelo Cabral e Talyta Marjorie Lira Sousa, estudantes de graduação em História/UFPI e bolsistas do projeto CNPq.

¹ Este artigo é parte da pesquisa: “A produção Pastoril no Piauí, no Mato Grosso do Sul e no Rio Grande do Sul, de 1780 a 1930: um estudo comparado”, financiada pelo CNPq. E-mail: s.olima@bol.com.br

se. Lusitano, teria feito fortuna como criador na Bahia. Queria mais. Suas incursões pelo interior renderam-lhe, além da alcunha “Sertão”, trinta fazendas no Piauí. Uma delas tornou-se vila da Mocha e primeira capital do Estado, com o nome de Oeiras. Domingos Sertão iniciara sua saga no Piauí por volta de 1674. Em seu testamento declarou-se senhor de terras piauienses, tendo-as ocupado com gados, trabalhadores escravizados e o mais necessário.

Em junho de 1711, o sertanista faleceu em Salvador, Bahia, deixando suas posses para os padres inacianos. Ao patrimônio herdado foram acrescentadas outras fazendas, totalizando 39 unidades produtivas, todas assentadas no trabalho escravizado. Passadas quase duas gerações sob a tutela divina, a 10 de março de 1760, o então governador do Piauí, João Pereira Caldas, cumprindo ordens do marquês de Pombal, confiscou os bens administrados pela Companhia, prendeu os jesuítas e os remeteu à Bahia.

Sob nova administração, as propriedades passaram a ser denominadas Fazendas do Real Fisco ou Fazendas do Fisco, e os trabalhadores, como “escravos do Real Fisco” ou “escravos do Fisco”. Foram divididas em três departamentos ou inspeções (Canindé, Nazaré e Piauí), sendo nomeado um inspetor para cada inspeção e um criador para cada fazenda. A Inspeção de Nazaré situava-se ao longo do rio

Parnaíba e era composta pelas fazendas Tranqueira de Baixo, Gameleira, Guaribas, Matos, Lagos de São João, Olho d’Água, Mocambo, Serrinha, Jenipapo, Algodões e Cataréns. A Inspeção Canindé, localizada na região do rio Canindé, compreendia as fazendas Ilha, Pobre, Baixa dos Veados, Sítio, Tranqueira, Poções, Saco, Saquinho, Castelo, Buriti, Campo Largo e Campo Grande. A Inspeção Piauí ficava à margem do rio Piauí e era constituída pelas fazendas Salinas, Brejinho, Fazenda Grande, Boqueira, Gameleira, Caché, Serra, Cachoeira, Espinhos, Julião. Findos os laços coloniais, as propriedades tornaram-se Nacionais ou da Nação e seus trabalhadores escravizados, chamados “escravos nacionais”, foram libertados em 1871 por força da Lei do Ventre Livre.

Domingos Sertão, salvo engano, contribuiu para dois processos históricos: a ocupação do território e a inserção do trabalho escravo na estrutura social em formação. Do processo de utilização de trabalhadores escravizados em suas propriedades resultaram duas formas de cativo no Piauí. A primeira, caracterizada pelo *domínio privado*, passou a vigorar a partir da administração das propriedades pelo sertanista. Esta forma de dominação reproduziu-se sistematicamente, visto a generalização do uso de mão-de-obra escravizada no conjunto da sociedade brasileira, e consolidou-se no novo ter-

ritório à medida que outros ocupadores instalaram-se nos campos ou fixaram-se nos emergentes povoados e vilas. A outra forma de cativo, *domínio público*, nasceu do legado de Domingos Mafrense para a Companhia de Jesus e, ao contrário do que propagam alguns historiadores, manteve-se com esmerado zelo administrativo ao longo das gestões das Coroas portuguesa e brasileira. O cativo público não foi específico do Piauí, pois outras propriedades foram administradas pelo Império no Brasil, dentre elas fazendas nos estados do Maranhão, Pará, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul.

A existência das fazendas públicas, assentadas exclusivamente sobre braços negros, impediu que alguns autores negassem a participação dos trabalhadores escravizados na formação da sociedade piauiense. Diante de inegável fato histórico, as análises visam minimizar a participação da instituição servil e atenuar as contradições sociais que dela decorriam, imprimindo ao passado a marca da democracia e paternalismo sustentada nas condições específicas de uma atividade produtiva, a pecuária. Concepções extremas de negação da realidade podem ser constatadas nos escritos de Odilon Nunes, em *Pesquisas para a história do Piauí*, o qual chega a afirmar que no “Piauí o trabalho servil não era uma condição da economia”, e de Carlos Eugênio Porto em *Roteiro do Piauí*,

ao constatar que “a abolição da escravatura não teve ressonâncias no Piauí. O vaqueiro, que nunca fora realmente escravo, continuou seu trabalho na fazenda”.²

Ao explicar a formação social, a historiografia tradicional transpôs para o conjunto da sociedade uma leitura idealizada de uma atividade ou unidade produtiva. Pecuária e fazenda de criação são retratadas, portanto, como se fossem o Piauí. A historiografia tradicional parece desconhecer que mesmo no pastoreio e fazendas, privadas e públicas, havia o uso sistematizado do trabalho escravizado e uma diversificação de tarefas e serviços. Com uma ou duas linhas foram apagadas da história as labutas diárias que manchavam o cotidiano de uma fazenda e da sociedade com exploração do trabalho e exigência de disciplina.

Por outro lado, publicações revisionistas recentes sobre o escravismo piauiense, como *Escravos do sertão* (1995), de Miridam Falci, e *O escravo na formação social do Piauí* (1999), de Tanya Brandão, defendem a idéia de diferenciação de condições de trabalho e vida entre cativo público e privado.³ Tanya Brandão demonstra que as fazendas particulares, sobretudo as maiores, utilizavam o trabalho escravo de forma dominante apenas nas tarefas consideradas mais pesadas, como na criação e manutenção da infraestrutura requerida pela pecuária,

serviços domésticos e agricultura de subsistência. No manejo do gado nos campos e currais predominara o trabalho livre, “por ser mais próprio ao homem livre”.⁴ Miridan Falci afirma que nas propriedades públicas havia excesso de trabalhadores e ociosidade e chega a denominar os trabalhadores escravizados de “escravos funcionários públicos”.⁵

É farta a documentação disponível no Arquivo Público do Estado do Piauí sobre a importância da mão-de-obra escravizada para a então nascente economia, bem como sobre a dominação e exploração dos trabalhadores. Relatos sobre o Piauí escravista aparecem com maior ou menor denodo, por exemplo, além dos textos supracitados, nos diários de viajantes estrangeiros em visita ao estado, como Spix e Martius em 1820, George Gardner em 1839; bem como em *Memória cronológica, histórica e corográfica da Província do Piauí* (1857), de José Martins Alencastre; *Cronologia histórica do Estado do Piauí* (1974), de F. A. Pereira da Costa; *Piauí, evolução, realidade e desenvolvimento* (1979), de Agenor Martins et al., *Piauí Colonial* (1985), de Luiz Mott.⁶

Apesar desses escritos, ainda são imperfeitamente conhecidas as raízes escravistas da sociedade piauiense. O resgate desse passado é uma história ainda em construção. Para contribuir, sobretudo, para superar a visão de um Piauí desconhecido da escravidão,

apresento a seguir um roteiro de labutas e jornadas de cativo vaqueiros nas Fazendas Nacionais que parece indicar que os trabalhadores escravizados no Piauí, tanto quanto em outras regiões do Brasil escravista, nasciam condenados ao trabalho.

A fazenda era terra onde os homens nasciam vaqueiros. Para a administração das propriedades, ser vaqueiro era a vocação natural dos trabalhadores. Era para conduzir e vigiar os rebanhos que os “filhos machos” nasciam e cresciam. Assim, tornou-se costume a designação “vaqueiro” para os homens, inclusive crianças com meses de idade, nas listas oficiais de pessoal das fazendas, à exceção dos poucos “roceiros” e “oficiais”, que desenvolviam tarefas especializadas, como pedreiro, ferreiro e carpinteiro, ou dos considerados “inutilizados para os serviços”, que muito provavelmente foram vaqueiros quando ainda dispunham de capacidade física.⁷

A efetiva introdução dos “vaqueiros” no mundo do trabalho iniciava aos seis ou sete anos, obviamente em tarefas inerentes ao pastoreio: os meninos dominavam cedo o processo de trabalho de importantes tarefas dentro do contexto da pecuária. Em 1854, na Inspeção Piauí, por exemplo, Clemente, de sete anos, e Henriques, de nove, partilhavam com José Corcunda, “aleijado do espinhaço”, de 24 anos, a tarefa de pear os animais na fazenda

que servia de residência ao inspetor.⁸ Os peadores atuavam nos campos próximo às aguadas e pastos. O trabalho consistia em prender as patas, geralmente as dianteiras, dos cavalos, éguas e poldros com “peias”, uma espécie de algema feita com cordas ou couro trançado, que permitia restrita locomoção. A tarefa requeria certos cuidados, para muitos animais costumavam reagir às peias com “coices” (pancadas com os cascos traseiros), que às vezes provocavam “rendição de virilha” e “desmentido de braço”.

A Inspeção Piauí nomeou, em 1854, 12 meninos como peadores, dos quais dois eram também “guias de bois” e dois, “roceiros”, todos com idade entre sete e onze anos. Guiar animais requeria destreza e conhecimento dos campos. Não era, decerto, uma função comumente delegada a crianças. O trabalho dos meninos era restrito às cercanias das fazendas a que pertenciam, diferindo de guias adultos, que estendiam o raio de atuação a outras fazendas e a tropeadas com destino às feiras, especialmente na Bahia. Manoel e Vicente, ambos com 11 anos, juntamente com mais dois adultos, montados em “cavalgadas”, conduziam bois e cavalos nas pastagens, vaquejadores e aguadas da Fazenda Julião.⁹ Os guias, juntamente com os outros vaqueiros, tinham também a função de evitar “arrancos” (partidas súbitas) ou “desgarramentos” (desvios de rumo)

dos animais. É provável que, para os meninos, a tarefa de guia se confundisse, na prática, com a de tangedor, auxiliando nos deslocamentos dos animais, tocando-os com “varas” e “aboizadas” (cantos para guiar bois).

Os meninos roceiros participavam do preparo da terra, do plantio e colheita. As plantações localizavam-se, no geral, distantes das moradias, o que exigia deslocamentos ainda na madrugada, “caminhada para a roça antes do sol”, em que as crianças seguiam os trabalhadores adultos, retornando para casa ao entardecer. Os meninos roceiros participavam de tarefas compatíveis com suas limitações físicas, o que não deixava de ser um trabalho árduo, considerando o nível técnico da agricultura praticada. Luiz, de 11 anos, da Fazenda Serra, além de pear animais, “derrubava mata” e “destocava” (limpeza de tocos dos terrenos), utilizando foices e enxadas, e colhia com as mãos calejadas raízes de mandioca, milho e feijão.¹⁰

“Roceiro” era uma ocupação, no geral, praticada nos períodos de maior demanda das lavouras por mão-de-obra, preparo da terra e colheita. Era, portanto, para os homens uma ocupação sazonal e não requeria, necessariamente, a utilização dos mesmos trabalhadores. Poucos homens eram designados exclusivamente como roceiros. Em 1854, por exemplo, a Inspeção Piauí indicou apenas oito entre

117 afrodescendentes com mais de seis anos. Havia ainda mais três roceiros que eram também peadores, incluindo as duas crianças citadas anteriormente.¹¹

A não-permanência sistemática do trabalhador em determinada ocupação foi uma das principais características das fazendas para a mão-de-obra masculina. O cativo adulto, assim considerado a partir dos 12 anos, apesar de possuir a denominação “vaqueiro”, raramente passava muito tempo nos campos cuidando dos rebanhos. Por isso, eram os vaqueiros os trabalhadores que podiam ser encontrados na labuta das roças, das farinhadas, dos canaviais, dos engenhos e alambiques, do transporte da produção das fazendas, das obras e repartições públicas.

A utilização dos trabalhadores seguia um único critério: satisfazer às necessidades de mão-de-obra dos administradores e autoridades, e muitas eram as necessidades, além das enumeradas acima. Era costume ocupar os trabalhadores como tropeiros conduzindo cargas e animais, ou mesmo servindo de companhia para viajantes considerados ilustres. Como exemplos, temos os trabalhadores vaqueiros que foram requisitados para conduzir cavalos para as tropas e bois para alimentação das forças legalistas na guerra da Balaiada (1839-1840).

Em dezembro de 1839 três vaqueiros acompanharam sessenta cavalos disponibilizados para às tropas

acampadas em Estanhado.¹² Em junho de 1841, quatro trabalhadores entregaram “bois das fazendas” em Oeiras para serem “talhados” e vendidos à população no açougue da vila.¹³ Em julho do mesmo ano, um vaqueiro entregou na vila cinco “cavalgadas”, cavalos com seus pertences, solicitados pelo presidente da província.¹⁴ Em julho de 1842, vaqueiros conduziram cavalos com “matalotagens”, gêneros alimentícios incluindo carne-seca, até a Bahia, para servir a um grupo de trabalhadores das fazendas que era transferido para as fazendas da Nação no Rio de Janeiro.¹⁵ Em janeiro de 1844, um trabalhador e 12 cavalos acompanharam uma viagem de padres missionários da vila de São Gonçalo de Regeneração a Oeiras.¹⁶ Em janeiro de 1844, um trabalhador conduzindo seis cavalos foi responsável pelo transporte “fardamentos do corpo de linha” para a vila da Parnaíba.¹⁷ Em julho de 1845, mantimentos foram entregues na vila de Príncipe Imperial para assistir a pobreza vitimada pela seca, transportados em 24 “bestas com seus pertences” e conduzidas por 12 negros.¹⁸ Em fevereiro de 1849, dois vaqueiros acompanharam as “cavalgadas” da vila do Poti para Oeiras, com carga de armamentos e munições.¹⁹ Em março de 1849, um vaqueiro escravizado foi designado para acompanhar um reverendo em suas viagens pelo Piauí.²⁰ Em janeiro de 1851, “escravos e caval-

gaduras” transportaram para Oeiras duzentas armas oriundas do destacamento da vila Campo Maior e cinquenta armas da vila de Jerumenha.²¹ Em novembro de 1859, cinco vaqueiros seguiram com uma tropa com cargas de alimentos para serem distribuídos “gratuitamente pela pobreza mais necessitada sob pressão da seca” na Vila de S. Raimundo Nonato.²²

As requisições de trabalhadores e animais para viagens eram frequentes e provocavam reações por parte dos administradores. O inspetor de Canindé, já em 1820, considerava prejudicial às fazendas “estas constantes solicitações que privam as fazendas quando mais necessitam” e recomendava cautela no uso dos cativos e cavalos sobretudo em viagens longas, por “afastar por muito tempo os escravos [das fazendas]”, como a que propunha às autoridades: uma “condução de botica [remédios]” da cidade de Salvador, Bahia, envolvendo “24 cavalos e mais utensílios do comboio” e oito trabalhadores.²³ Em 1844, o administrador da Inspeção Nazaré mostrou-se preocupado com o afastamento dos trabalhadores escravizados e, mais ainda, com a possibilidade de perder os animais. Remeteu um negro exclusivamente para acompanhar o retorno de cavalos solicitados para uma viagem “afim de não levarem descaminho, como sempre acontece em todas as ocasiões que marcham cavalos da Nação”.²⁴

O afastamento de trabalhadores comprometia o cotidiano das fazendas, sobretudo a partir dos anos 1840, quando as propriedades começavam a se ressentir pela carência de mão-de-obra masculina jovem, fruto da política de deslocamentos da força de trabalho para outras propriedades do Império no Rio de Janeiro, Maranhão e São Paulo. As diversas solicitações de “vaqueiros” para tarefas externas à estrutura produtiva das fazendas fazia com que houvesse uma sobrecarga de trabalho aos que permaneciam nas propriedades.

Considerando já o reduzido número de trabalhadores, as fazendas ainda perdiam “vaqueiros” para trabalhos considerados especializados, com os ofícios de pedreiro, ferreiro e carpinteiro. Os negros “oficiais” passavam a exercer exclusivamente o seu trabalho – tido como profissão e arte – impelindo a administração a privar-se de trabalhadores “moços e robustos” nas diversas tarefas dentro e fora das fazendas. A exclusividade estava condicionada meramente à falta de tempo para desenvolver qualquer outra ocupação. Os oficiais tornaram-se, com o passar dos anos, cada vez mais indispensáveis à manutenção das propriedades, visto a necessidade crescente de reparos e consertos em imóveis e ferramentas em razão da falta de conservação e investimentos.

Ser moço era um dos requisitos para iniciação nos ofícios de pedreiro, ferreiro e carpinteiro. Os afrodescendentes aprendizes de pedreiros, quase sempre entre 14 e 18 anos, eram remetidos para Oeiras e “postos a aprender este ofício com algum dos escravos que se [ocupavam] nesta cidade”.²⁵ Os aprendizes de ferreiro e de carpinteiro eram enviados a uma propriedade onde houvesse “mestre oficial” para ensinar-lhes a profissão em uma “tenda” do ofício.

Na Fazenda Porções, da Inspeção Canindé, as tendas do ferreiro e do carpinteiro eram pequenos galpões cobertos de telhas localizados próximo à casa-grande, onde residia o inspetor. O galpão do ferreiro era “bem montado”, dispondo, dentre outros “pertences”, de um fole, uma safra, dois tornos, um malho, três martelos, duas talhadeiras, uma bomba, dois tenazes, três tufos, três craveiros, uma forja, onze limas, três limatões, dois ponteiros, um serrote. Na tenda de carpinteiro, entre seus pertences encontravam-se três enxós (espécie de formão), sendo dois de fuzis e um de martelo, um enxó de goiva, dois machados, uma serra braçal, duas serras de mão, dois serrotes pequenos, dois ferros de juntouras, três ferros de plaina, três formões, um martelo, duas bigornas de tornejar, um compasso, uma lima e um limatão.²⁶

O aprendiz levava, em média, dois anos acompanhando o mestre, quando

então estava apto a comandar uma tenda. O aprendizado, às vezes, não se concretizava. O inspetor de Nazaré reclamava, em 1841, de um trabalhador, alegando estar sua inspeção “muito mal servida de ferreiro porque o escravo que estava aprendendo no Piauí (Inspeção Piauí) só serve para queimar ferro e aço, sem jamais poder fazer conserto na ferramenta que ature”.²⁷ Para evitar problemas com a “investidura em tais negros que não demonstram curiosidade para o ofício” as autoridades recomendavam que fosse considerada na escolha dos aprendizes a aptidão “necessária aos oficiais”.²⁸ Na Inspeção Piauí, a habilidade e destreza requeridas foram observadas em alguns trabalhadores que desenvolviam determinadas ocupações manuais que não eram consideradas ofícios, embora algumas demandassem habilidade e tempo de aprendizagem. A Inspeção enviou, em 1847, um trabalhador que “fazia telhas” e um “fazedor de selas” para aprenderem “carapina” (carpintaria) na Inspeção Canindé.²⁹

Ocupações como a de oleiro e seleiro eram de grande importância nas fazendas. Apesar de necessárias, não demandavam a permanência dos trabalhadores nas tarefas, o qual era requisitado conforme a exigência de produção, no geral para consertos e reparos. Os oleiros, por exemplo, eram chamados para “feitura de telhas” – para retelhamento das velhas casas

que, no inverno, sofriam ainda mais pela falta de conservação. Os seleiros “reparavam” mais as gastas selas e “pertences” do que produziam novas. Talvez por isso o administrador da Inspeção Nazaré, em 1843, ainda se visse na “precisão” de encomendar fora das fazendas novas selas ao “custo de mil-réis cada uma, a fazenda dando couro e pregos”.³⁰

A produção de telhas e consertos de selas eram ocupações como muitas outras desenvolvidas pelos trabalhadores vaqueiros. As possibilidades de uso pareciam ilimitadas. Os afrodescendentes foram utilizados na fabricação de canoas, de solas e cordas. Como canoieiros, costumavam fazer embarcações simples, pequenas e com poucos recursos de técnica, provavelmente ainda ateando fogo em grossos troncos de madeira. Em 1844, o administrador de Nazaré determinou que um carpinteiro da inspeção procurasse aprender o processo de fabricação de “boas canoas”, considerando o alto custo de uma encomenda a um carpinteiro “especializado na obra”. Uma canoa de maior envergadura custava, em 1843, o equivalente ao “preço de três bois de era”, 30 mil-réis.³¹ O administrador passou a cobrar passagens no uso do transporte a “40 réis por cada uma pessoa e 80 réis por cada um cavalo que passar, a exceção dos criadores das fazendas nacionais, escravos das mesmas e correios do serviço público”.

Embora alertasse para o costume de longos anos do não-pagamento nas travessias, considerava injusto fazer “unicamente a nação despesa com canoas”, além de que “se empata o serviço de um escravo [como vareiro] para passar [pessoas e animais] a toda e qualquer hora do dia gratuitamente”.³²

Os trabalhadores produziam “com prontidão necessária”, em qualidade e quantidade “meio de sola” e “cordas de sedém”. Os curtidores lidavam com a matéria-prima retirada das “matalotagens”, gado morto para o consumo. As fazendas remetiam as solas para os Armazéns da Fazenda Pública e tinham de cumprir uma cota anual fixada pelas autoridades. Em 1842, por exemplo, a quantidade determinada foi de 350 meios para as três inspeções. Nos depósitos, os meios de sola eram vendidos por 1:700 réis a unidade.³³ Os cordoeiros trabalhavam especialmente com as crinas dos cavalos (sedenho ou sedém). As cordas serviam ao uso nas fazendas, na lida dos campos e outras necessidades, e também eram remetidas para os depósitos da Fazenda Pública para a venda ao preço de 320 réis o par.³⁴

Os vaqueiros também podiam ser encontrados nos campos de criação. Lidavam com o gado porque eram “escravos machos” e, segundo o inspetor de Nazaré, “todos fazem falta às fazendas porque se não servem para trabalharem em serviços de roças e das oficinas

precisas nas fazendas, servem para vaqueiro, por ser o ofício que eles mais se inclinam e a outro mais nenhum”.³⁵ A suposta aptidão natural do afro-descendente para ser vaqueiro facilitava, na percepção da administração e autoridades, os sucessivos deslocamentos de mão-de-obra entre fazendas e retiradas para realização de outras tarefas, já que os trabalhadores poderiam ser facilmente substituídos.

O vaqueiro era, no geral, tratado como um trabalhador desqualificado, realizador de serviços ou tarefas que não requeriam habilidade. Além disso, era visto com desconfiança pela administração, que o acusava de “detentor de péssimos costumes”, como vadiagem, dorminhoco, matar bois clandestinamente para consumo e roubar e vender cavalos das fazendas.³⁶

A má reputação pode ter contribuído para que vaqueiros não tenham assumido, mesmo que temporariamente, a condição de criadores. Em 1864, o presidente do Tribunal do Tesouro Nacional, no Rio de Janeiro, questionou o porquê de tal exclusão: “[...] não haverá entre eles [vaqueiros] algum que por sua morigeração e bom comportamento mereça ser incumbido desse trabalho ao menos por tanto tempo quanto seja preciso para se poder apreciar se eles serão capazes de dar tão boa conta desse serviço como dão os [criadores] livres.”³⁷

Entre os vaqueiros livres e escravizados havia uma estratificação interna que os diferenciava quanto às tarefas a serem executadas. O vaqueiro cabeça-de-campo era o trabalhador responsável pelo rebanho, dominava os pastos e conhecia “os gados de cada uma malhada e o modo por que devem ser pegados”.³⁸ Em cada fazenda havia apenas um cabeça-de-campo que era auxiliado por vaqueiros guias, tangedores e peadores. Os constantes deslocamentos de vaqueiros para outras atividades muitas vezes chegavam a comprometer o manuseio do rebanho. As retiradas de trabalhadores dos campos eram feitas sem nenhum critério, não levando em consideração sequer a importância da permanência na fazenda de um trabalhador experiente.

Por conta dos deslocamentos, o criador que assumiu a fazenda Careta, da Inspeção Nazaré, em 1844, solicitou ajuda ao inspetor após constatar

a desgraça em que se achava aquela fazenda, por não achar cabeça de campo, nem o menos um escravo que saiba ensinar os pastos [...] visto que os dois escravos que foram de próximo para a dita fazenda são ainda novatos nela, como o mesmo criador, por estes motivos requisitava o menos por um mês o escravo Siriaco que era o cabeça de campo na mesma fazenda, o qual por furtos de cavalos alheios, que fez nela, fora mandado para a fazenda do Olho D’água.³⁹

Um vaqueiro novato em uma fazenda requeria tempo para “conheci-

mento tanto dos pastos como dos gados”. No caso da fazenda Careta, um mês de permanência do vaqueiro cabeça-de-campo para “instruir os outros escravos que para lá foram não permitiu o tempo deles ficarem instruídos salvo se estivessem [na fazenda] um ano pelo menos”.⁴⁰ O trabalho nos campos exigia ainda agilidade e força física, como ressalta o viajante George Gardner:

A pouca distância de Oeiras passamos por diversas Fazendas Nacionais, em uma das quais tivemos ocasião de ver o método adotado pelos vaqueiros para pegar o gado que vaqueia em grandes manadas, quase em estado selvagem. Nas Províncias do Sul é bem sabido que se apanha o gado com laços e bolas, por isso que os descampados dessa zona permitem em pegá-los livremente, o que não se dá ao norte. O instrumento aqui usado é uma longa vara, com cerca de nove pés de comprimento, um pouco mais grossa em uma ponta que na outra: na parte mais grossa se fixa uma peça de ferro, quadrangular e aguçada, com uma saliência apenas de meia polegada. Montado a cavalo, com essa vara na mão, o vaqueiro marca com a vista o animal que deseja pegar e, perseguindo-o a toda brida, logo o alcança e, ferindo-o na anca com a ponta da vara, facilmente o derruba e, antes que ele possa de novo erguer-se, o vaqueiro desmonta e segura-o. É assim que se apanha quase todo o gado nesta Província.⁴¹

O gado bovino, de acordo com os viajantes George Gardner e Spix e Martius, era “geralmente de grande tamanho” e “bem formado”, possuía chi-

fres longos, “pontudos e espalhados” e cores diversificadas, predominando o “tom pardo”. A criação, entretanto, dependia exclusivamente da chuva. Nos anos de inverno, as águas enchiam as aguadas, tornavam os pastos verdejantes e facilitavam a reprodução e o crescimento das manadas. Nos meses das chuvas, entre dezembro e abril, as vacas paridas e bezerros eram recolhidos à noite aos currais e soltos pela manhã. A partir do mês de maio as vacas voltavam aos campos, onde viviam como todo o gado.

Em anos de seca, a água e o verde diminuía, forçando o deslocamento dos rebanhos e a permanência dos animais nos pastos, salvo alguns utilizados em serviços domésticos. Nas estiagens, o gado morria com a mesma rapidez com que se reproduzia nos “anos chuvosos e de fertilidade”, vítimas sobretudo de “grandes epidemias” como os carrapatos.⁴² Segundo George Gardner,

no começo da estação seca que os carrapatos miúdos se encontram nos distritos que depois infestam; mas à medida que a estação avança desaparecem gradualmente, substituídos pelos grandes. Atacam indiferentemente a todos os quadrúpedes, mas os bois e cavalos são os que mais sofrem com seus ataques. Nas estações de grande seca aparecem em tal quantidade, que rebanhos inteiros perecem da exaustão por eles produzida.⁴³

A qualidade do gado bovino contrastava com a do gado cavalariço. Para Spix e Martius, os cavalos

raramente atingem pouco mais do tamanho mediano, são de ossatura fraca e pouca resistência. Os cavalos de bela estampa são montados com muito cuidado. Para habituá-los ao passo largo de marcha e levantar alto as patas, colocam-se almofadinhas em forma de disco, acima da junta dianteira, e deixam-se crescer os cascos. Também se recorre a este último processo para poupar ferraduras, que, aqui e na vizinha Província do Maranhão, nas estradas reduzidas e lodaçais uma parte do ano, de certo não são tão necessárias como na Bahia, Minas e Rio de Janeiro. Raramente vivem estes cavalos mais de 12 anos, devido em parte à irregularidade da alimentação e ao influxo de violentas alternativas climáticas, em parte ao excessivo esforço que deles se exige nas viagens, caçadas e corridas à procura do gado. Uma doença, a que os cavalos são muito sujeitos aqui, é o afrouxamento, com dilatação do intestino reto; cresce a disforme extensão, até morrer o animal de gangrena. Os cavalos, que sofrem dessa doença, semelhante à do bicho-do-cú dos homens, chamam-se cavalos-rôtos.⁴⁴

A criação de gado bovino e cavalares era voltada para o mercado, embora a venda de cavalos fosse pouco significativa. O criatório de cavalgadas, em si, já era incipiente, mesmo existindo fazendas inteiramente destinadas à sua criação. Em 1829, as fazendas da Inspeção Nazaré possuíam 1.458 animais, entre “cavalos, bestas, éguas e poldros”, que representavam 10% do total do gado disponível nas propriedades. Em 1857, ano considerado de boa produção, o percentual caiu para

4%, ou seja, 562 animais, uma média de 51 por fazenda, incluindo-se os “cavalos de fábrica, de comboio, os poldros brabos e os cavalos que de velhos já não dão serviço”. Na avaliação da Tesouraria da Fazenda, em 1829, “por segurança”, o preço mínimo de um cavalo considerado “bom de trabalho” era de 12 mil-réis; o de uma égua, 9 mil-réis, e um poldro, 8 mil-réis. Contudo, os animais destinados à venda foram “os cavalos inúteis que já não servem para correr gado a quem por eles mais der”.⁴⁵ Considerando o relato dos viajantes estrangeiros, fica fácil constatar a pouca receptividade e valorização das mercadorias.

O comércio dominante foi de bois erados (gordos, bons para o corte). Conforme Spix e Martius,

o gado, pertencente ao rei, é vendido anualmente a quem mais der. O preço varia muito. O de um boi, em 1818, era de 5\$400; em 1819, de 8\$400. No ano de 1818, a Inspeção de Caniné, a maior de todas, vendeu 1.100 cabeças e rendeu para o rei 8.000\$000. As fazendas que dela fazem parte de Castelo e Campo Grande fornecem anualmente 200 cabeças; as de Poções de Baixo e da Ilha e todas as restantes menores, de 70 até 100 cabeças de gado. Todas as três Inspeções vendem todos os anos uns 3.000 bois, que, avaliados cada um a 6\$000, rendem apenas a quantia de 18.000\$000. Esse rendimento poderia ser decerto, muito maior, se menor quantidade de gado bovino fosse empregada para o uso das próprias fazendas, pois muitas criam 700 até 800 novilhos, nos anos felizes até 1.000,

mas abate-se um sem-número de cabeças para a alimentação do pessoal do serviço [em média 700 rezes ao ano por Inspeção], muitos vitelos são vitimados por comerem ervas venenosas, ou pela perseguição de insetos, de morcegos sanguinários e de onças vorazes; também as cobras venenosas fazem diminuir o número de criação.⁴⁶

Os viajantes perceberam com clareza a possibilidade de maiores rendimentos. Aos fatores relacionados se devem somar, porém, o desvio de produção e, sobretudo, a perda de animais no transporte para as feiras. Nos anos de 1823 e 1824, por exemplo, as fazendas tiveram confiscados 3.793 bois, sendo 2.295 “consumidos pelas tropas auxiliaadoras da Província do Ceará e tropas da Província [Piauí] para se conseguir a Independência e integridade nesta parte do Império”, e 1.498, remetidos para venda em Salvador, “foram tomados pelo Exército que ali pugnava pela gloriosa Independência do Brasil”. As fazendas tiveram ainda 350 “cavalos, ao menos, mortos e extraviados nas guerras dos sobreditos anos”.⁴⁷ Somam-se a essas apropriações indébitas o consumo de “muitos gados” na guerra da Balaiada e as referências às matanças clandestinas realizadas por vaqueiros e agregados; incorporações a rebanhos de propriedades vizinhas e de fazendas pertencentes a autoridades.⁴⁸

A comercialização de animais, pelo menos até 1823, ano indicado em

um documento como de última remessa, era realizada diretamente entre o administrador de cada inspeção e o comprador arrematante na Bahia.⁴⁹ O inspetor nomeava um “passador”, quase sempre um criador de uma fazenda, que levava as “boiadas” até a feira de Salvador. Nos anos seguintes, o gado passou a ser arrematado em Oeiras e os compradores encarregavam-se do transporte para o mercado consumidor, formado, sobretudo, por Bahia, Pernambuco e Maranhão. O comércio com Salvador, nos tempos das boiadas, era um empreendimento que parecia tão lucrativo quanto desastroso. Para cada boi vendido na feira, perdia-se um na viagem. As inspeções remetiam o gado dividido em várias boiadas, quase sempre cinco, sendo a primeira ao final da estação das chuvas, entre maio e junho. As boiadas eram, no geral, compostas por “bois erados”, que pertenciam às fazendas e aos passadores. Algumas também continham animais de propriedade dos trabalhadores escravizados. É o caso da terceira boiada da Inspeção Canindé, no ano de 1795, levada à feira de Salvador, com 234 bois das fazendas, 20 do passador e 17 dos trabalhadores escravizados.⁵⁰

A quantidade de bois transportados suscita uma dúvida. Considerando que partiam, em média, cinco tropas de cada inspeção por ano, é provável que a informação de Spix e Martius sobre os bois vendidos em 1818 pela Inspe-

ção Nazaré (“1.100 cabeças”) seja, na verdade, o número de animais remetidos para a feira. A propósito, se não houver erro na edição pesquisada – os viajantes pareciam ter pouco controle sobre os dados –, ficou indicado que, nesse ano, um boi custava 5\$400. No entanto, há informações de que, com a venda dos 1.100 animais, os cofres públicos teriam recebido 8.000\$000. Numa boiada, a julgar por documentos manuseados, as unidades transportadas não chegavam a 300. Em 1770, a segunda boiada da Inspeção Nazaré transportou 284 e foram vendidas 141 reses; na primeira boiada da mesma inspeção, em 1794, foram arrolados 251 animais e vendidos 126; em 1813, foram remetidos 2.492 bois das três inspeções e apenas a metade foi efetivamente comercializada.⁵¹

O relatório apresentado às autoridades pelo passador da primeira boiada da Inspeção Nazaré, de 1794, fornece informações detalhadas sobre a viagem até Salvador. O passador José Pereira da Cunha, criador da Fazenda Serrinha, saiu da inspeção em 9 de maio com 251 bois das fazendas e 25 de sua propriedade. Acompanhavam cinco cavalos da mesma inspeção “ocupados no serviço e comando da boiada”, com cinco cangalhas e cinco trabalhadores escravizados: Teodozio, da Fazenda da Tranqueira, como guia; Antônio, da Fazenda Serrinha, como primeiro cargueiro; Francisco, da Fa-

zenda Jenipapo, como “moço do cargueiro” ou segundo cargueiro; João, da Fazenda Mocambo, e José, da Fazenda Gameleira, os dois como tangedores. A tropa ainda contava com quatro trabalhadores livres: os índios João Rodrigues e José Francisco, o mameluco Pedro e o crioulo Carlos Gonçalves, todos como tangedores alugados por 12\$000 “cada um na forma do antigo costume desta ribeira e Inspeção”.⁵²

Saindo da fazenda Serrinha, a tropa enveredou pelos sertões do Piauí, Pernambuco e Bahia. O passador declarou que

em um arranco que teve a mesma boiada na Fazenda Buriti fugiram quatro bois, em outro arranco saindo da Jacobina estando a boiada em marcha fugiram dois e ao chegar ao Pasto do Sargento Manoel Barbosa fugiu um, na Ladeira da Pimenta fugiu outro que fazem por todos oito fugidos [...]. Na fazenda Buriti matara um boi para matulagem, na Rajada matara outro, no Tamboatá, matara outro e no Tanque do Paulista outro, vindo a ser quatro o que matara para matulagem [...]. Na fazenda das Lages morreram dois bois e daí para o Curral Novo morreram outros dois e na Fazenda Papagaio morreram dois, na Pinda morreram dois, e ao chegar na Boca da Catinga morreu um, no curral da Tamboatá morreram dois, no curral da Água Funda morreu um, nas Lagoinhas morreram dois e no campo da feira morreu um, que fazem por todos 17 bois mortos [...]. Na passagem do rio São Francisco, o Procurador Antônio Duarte refugara sete bois caxingós e cansados, o Procurador da Jacobina Manoel Fernandes Carneiro

refugara por estarem da mesma sorte 27 bois, o Procurador de Itapecurú José Antunes Claro refugara 22, o Procurador do Saco do Moura Apolinário da Silva refugara sete e o Procurador do Cajueiro Pedro Ribeiro de Araújo refugara dois, que por todos fazem 65 os bois refugados [...]. No rio do Peixe vendera quatro bois que não puderam caminhar por cansados, no Papagaio vendera da mesma sorte seis, da mesma forma no Tamboatá vendera seis, vendera também 10 em Água Fria por cansados, em Água Funda vendera da mesma forma cinco que por todos fazem 31 os bois vendidos. [...] entre os bois fugidos, matulagem, mortos, refugados e vendidos fazem todos o número de 125 restando somente da dita boiada 126 bois com os quais chegara a feira e fizera deles entrega ao marchante José Francisco arrematador deles em presença do Capitão Manoel Henrique de Carvalho os quais a 4\$800 réis o preço de arrematação importam em 604\$800 réis.⁵³

A tropa havia chegado a Salvador em 26 de junho, após 47 dias de viagem. No percurso, dois cavalos haviam morrido e um tinha sido furtado. Um trabalhador escravizado tinha ficado doente, “com inchaços” atribuídos “aos cansaços”. Decerto, não era uma viagem fácil. Boa parte do trajeto era realizada pelos trabalhadores escravizados a pé e descalços. Os tropeiros “queixaram-se dos calores” decorrentes de um ano de poucas chuvas, renunciando uma rigorosa seca que se abateria sobre a província nos anos seguintes (quando ocorria muita chuva, as reclamações costumavam ser sobre

as dificuldades de se atravessar terrenos alagadiços e rios com “enchentes”, onde muitos animais e trabalhadores corriam riscos de afogamento).

O rebanho era vigiado “dia e noite” para evitar ataques de “animais ferozes”, “desgarramentos” e arrancos. Os arrancos, com “bois em disparadas”, sobretudo em campos abertos, exigiam muita perícia e esforço dos trabalhadores para o “ajuntamento dos animais”, a fim de reorganizar a tropa. Poucas horas do dia eram reservadas ao descanso e, à noite, eram feitos rodízios de sentinelas.

As pausas maiores destinavam-se às refeições. A alimentação da tropa era composta basicamente de carne-seca assada e farinha. Somente próximo a Salvador é que os tropeiros incorporaram o feijão à dieta. Foram consumidos quatro bois da boiada e comprados, pelas fazendas por onde passaram, dois alqueires e uma quarta de farinha (67 quilos e meio), uma quarta de feijão (sete quilos e meio) e três pratos de sal. O passador José Pereira tinha comprado também meio alqueire (15 quilos) de milho para os cavalos e pagou dois tangedores que ficaram com bois cansados na viagem. Na feira de Salvador, comprou um alqueire e meio (45 quilos) de farinha e um prato de sal para o retorno à Inspeção Nazaré. Ainda na feira, pagou os salários dos quatro trabalhadores livres, tangedores.

Os gastos com a tropeada totalizaram 51\$500 réis, cerca de 8% do valor recebido com a venda dos animais. Na Tesouraria da Fazenda da Bahia, o passador foi reembolsado pelas despesas e recebeu ainda a quantia de “seis mil-réis para o seu regresso na forma do estilo”. José Pereira chegou à Inspeção Nazaré em agosto acompanhado dos trabalhadores escravizados, que retornaram às suas tarefas nas fazendas. Eram todos vaqueiros.⁵³

Abstract

This text deals with the dairy-farm slave in Nevada. In this context highlights the work of cowboy's escravizado considering the age divisions of labor and the tasks carried out daily.

Key words: Finance. Slave. Cowboy.

Notas

- ² NUNES, Odilon. *Pesquisas para a história do Piauí*. Rio de Janeiro: Artenoval, 1974. p. 241;
- PORTO, Carlos Eugênio. *Roteiro do Piauí*. Rio de Janeiro: Artenova, 1974. p. 144.
- ³ FALCI, Miridan B. Knox. *Escravos do sertão: demografia, trabalho e relações sociais*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1995; BRANDÃO, Tanya Maria. *O escravo na formação social do Piauí: perspectiva do século XVIII*. Teresina: Editora da Universidade Federal do Piauí, 1999.
- ⁴ BRANDÃO, Tanya Maria. *O escravo na formação social do Piauí*. Teresina: Editora da Universidade Federal do Piauí, 1999.
- ⁵ FALCI, Miridan B. Knox. *Escravos do sertão*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1995.

- ⁶ SPIX, J. B. Von; MARTIUS, C. F. P. von. *Viagem pelo Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938; GARDNER, George. *Viagens no Brasil principalmente nas províncias do norte e nos distritos do ouro e do diamante durante os anos de 1836-1841*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942; ALENCASTRE, José Martins Pereira de. *Memória cronológica, histórica e corográfica da Província do Piauí*. Rio de Janeiro: IHGB, 1857; COSTA, F. A. Pereira da. *Cronologia histórica do Estado do Piauí: desde os seus tempos primitivos até a Proclamação da República*. Rio de Janeiro: Artenova, 1974; MARTINS, Agenor et al. *Piauí: história, realidade e desenvolvimento*. Teresina: Fundação Cepro, 1977; MOTT, Luiz R. B. *Piauí Colonial: população, economia e sociedade*. Teresina: Fundação Cultural do Piauí, 1985.
- ⁷ Arquivo Público do Estado do Piauí (APEP). Fazendas Nacionais (FN). 1800/1877.
- ⁸ APEP, FN. 1800/1877.
- ⁹ APEP, FN. 1800/1877.
- ¹⁰ APEP, FN 1800/1877
- ¹¹ APEP, FN. 1800/1877.
- ¹² APEP. Executivo. Códice 17.
- ¹³ APEP. Tesouraria de Fazenda (TF). 1841/1846, código 494.
- ¹⁴ APEP. TF. 1841/1846, código 494.
- ¹⁵ APEP. TF. 1841/1846, código 494.
- ¹⁶ APEP. TF. 1841/1846, código 494.
- ¹⁷ APEP. TF. 1841/1846, código 494
- ¹⁸ APEP. Correspondência com a Tesouraria Geral de Fazenda (CTGF). 1843/1846, código 1.002.
- ¹⁹ APEP.CTGF. 1847/1850, código 1.005.
- ²⁰ APEP. CTGF. 1847/1850, código 1.005.
- ²¹ APEP. CTGF. 1847/1850, código 1.005.
- ²² APEP. Registro da Correspondência com a Secretaria de Estado e Negócios do Império. 1856/1865, código 117.
- ²³ APEP. Palácio do Governo. Oeiras. 1700/1821.
- ²⁴ APEP. TF. 1842/1846, código 494.
- ²⁵ APEP. CTGF. 1843/1846, código 1.002.
- ²⁶ APEP. FN. 1800/1877.
- ²⁷ APEP. TF. 1841/1846, código 494.
- ²⁸ APEP. CTGF. 1847/1850, código 1.005.
- ²⁹ APEP. CTGF. 1847/1850, código 1.005.
- ³⁰ APEP. TF. 1841/1846, código 494.
- ³¹ APEP. TF. 1841/1846, código 494.
- ³² APEP. TF. 1841/1846, código 494.
- ³³ APEP. TF. 1841/1846, código 494; CTGF. 1866/1867, código 1.016.
- ³⁴ APEP. CTGF. 1866/1867, código 1.018.
- ³⁵ APEP. TF. 1841/1846, código 494.
- ³⁶ APEP. TF. 1841/1846, código 494.

- ³⁷ APEP. Registro de Ordens do Tesouro Nacional. 1863/1875, código 097.
- ³⁸ APEP. TF. 1841/1846, código 494.
- ³⁹ APEP. TF. 1841/1846, código 494.
- ⁴⁰ APEP. TF. 1841/1846, código 494.
- ⁴¹ GARDNER, George. *Viagens no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942. p. 230.
- ⁴² GARDNER, *Viagens no Brasil*, p. 231; SPIX, J. B. von; MARTIUS, C. F. P. von. *Viagem pelo Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938. p. 418.
- ⁴³ GARDNER, *Viagens no Brasil*, p. 244-245.
- ⁴⁴ SPIX, J. B. von; MARTIUS, C. F. P. von. *Viagem pelo Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938. p. 419.
- ⁴⁵ APEP. Executivo. Código 497.
- ⁴⁶ SPIX; MARTIUS von. *Viagem pelo Brasil*, p. 419.
- ⁴⁷ APEP. Executivo. Código 497.
- ⁴⁸ APEP. TF. 1841/1846, código 494; NUNES, Odilon. *Pesquisas para a história do Piauí*. Rio de Janeiro: Artenova, 1974. p. 251-256.
- ⁴⁹ APEP. Palácio do Governo. Oeiras. 1823/1824.
- ⁵⁰ APEP. Palácio do Governo. Oeiras. 1700/1821.
- ⁵¹ APEP. Palácio do Governo. Oeiras. 1700/1821
- ⁵² APEP. Palácio do Governo. Oeiras. 1790/1799.
- ⁵³ APEP. Palácio do Governo. Oeiras. 1790/1799.
- ⁵⁴ APEP. Palácio do Governo. Oeiras. 1790/1799.